



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

A CULTURA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Rodrigo Resende do Monte

Brasília - DF

02/2025



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

A CULTURA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Rodrigo Resende do Monte

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da professora Dra. Michelle Vieira Fernandes de Oliveira.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
INTRODUÇÃO	3
1 – O DEBATE SOBRE CULTURA POLÍTICA NO MUNDO.....	3
Relação entre política e cultura – política como um produto da relação cultural	4
Relação entre política e cultura – cultura nas relações internacionais	6
2 – HISTÓRICO BRASILEIRO E CULTURA DE CONCILIAÇÃO	10
3 – O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE CULTURA POLÍTICA NO BRASIL ...	16
Impactos da cultura na política	16
Cultura e comportamento eleitoral.....	20
Interações entre cultura e política.....	22
Política influenciando na cultura	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
BIBLIOGRAFIA	32

INTRODUÇÃO

Em análises políticas, é comum observarmos a utilização de argumentos de diversas ordens, como econômicos e legais, dentre outros, a fim de explicar fenômenos políticos. Entretanto, entendemos que o aspecto cultural costuma ser negligenciado ou pouco considerado na explicação dos fenômenos políticos. Desta forma, propomos a realização de uma revisão bibliográfica a cerca do tema de cultura política, a fim de retomar importantes colaborações nesse sentido.

Para nossa análise, no primeiro capítulo, realizaremos uma breve revisão de teóricos internacionais que trataram sobre a relação entre cultura e política, a fim de conhecer algumas teorias que apontam para a importância de considerar a cultura no nível de análise de questões complexas.

Em seguida, no capítulo dois, focaremos o olhar para os momentos de ruptura ocorridos ao longo da formação da República Brasileira buscando identificar o cenário de crise, o tipo de solução empregada e o resultado advindo deste momento. Assim, se pretende mostrar que o histórico das soluções aplicadas consolida uma cultura política brasileira que, no limite, influencia e impacta até mesmo o comportamento político contemporâneo.

No capítulo três, realizaremos uma revisão de alguns autores brasileiros que levam em conta o nível de análise da cultura política a fim de entender fenômenos contemporâneos, realizando, assim, a análise da relevância dos aspectos culturais para o adequado entendimento da política brasileira.

Desta maneira, através da análise histórica da cultura política brasileira e das colaborações dos autores nesse sentido, por fim restará confirmada a hipótese de que é necessário analisar o aspecto cultural para obter um pleno entendimento dos resultados dos processos políticos. Assim, percebe-se que a cultura política brasileira segue presente e guia os rumos da política contemporânea brasileira. Espera-se, assim, sinalizar um caminho importante a ser incorporado às análises teóricas.

1 – O DEBATE SOBRE CULTURA POLÍTICA NO MUNDO

Uma abordagem que agregue os aspectos culturais ao processo de análise e de entendimento das relações políticas de um país, ao longo do tempo, foi sendo construída internacionalmente e tem sido apropriada nacionalmente para agregar e

procurar esclarecer as diversas análises políticas realizadas. Aqui, pretendemos retomar brevemente a contribuição de alguns autores culturalistas a fim de reafirmar a importância da vertente no nível de análise político.

Weber (2000), quando apresenta suas três formas puras de dominação, cita o poder tradicional, alicerçado em hábitos e costumes; além da dominação carismática, alicerçada no carisma e da dominação legal, baseada na lei. As relações legais (e as econômicas, em alguma medida, derivadas de um arcabouço legal) e as características individuais (carismáticas) dos líderes, costumam ser recorrentemente pinçadas para a explicação de fenômenos políticos; entretanto, os hábitos e costumes (cultura), não são utilizados para explicação com a mesma frequência.

Trazendo contribuições de Gramsci, Almond e Verba, Elazar e Huntington, teremos uma pista de como cultura e poder se relacionam, que, no capítulo seguinte, poderemos apropriar para entender o âmbito das relações políticas nacionais contemporâneas, ressaltando o caráter conciliatório ali presente.

Relação entre política e cultura – política como um produto da relação cultural

Diversos autores trarão perspectivas distintas sobre como opera tal relação. Em Vieira (1999), podemos entender um pouco mais sobre a visão de Gramsci sobre como esta dinâmica funciona. Gramsci direciona sua obra ao estudo de uma forma específica de relação de poder – a dominação, e suas raízes culturais, o que significa dizer que ao analisar o processo de dominação, Gramsci entende que isso ocorre como resultado de uma cultura onde tal processo se desenvolveria.

Gramsci, inclusive, rompe com alguns aspectos do Marxismo colocados até então, na medida que rompe com a ideia fatalista e naturalista colocada até então. Se, em Marx, é possível entender a revolução e a ascensão do comunismo como um resultado “natural” do processo dialético do materialismo histórico, que inevitavelmente resultaria na superação da dominação burguesa pelo governo do proletariado, Gramsci traz uma visão contrária.

Alicerçado na ideia de hegemonia e inspirado pela experiência da Revolução Russa Soviética, Gramsci atribui um papel decisivo à esfera cultural para o resultado dos processos políticos revolucionários. Em outras palavras, significa dizer que o autor traz o entendimento de que a construção de um ambiente cultural adequado se torna imprescindível e determinante para o resultado positivo de um processo de mudança

na esfera política, rejeitando, em alguma medida, a perspectiva positivista, que, inclusive, nunca se confirmou até a atualidade, da superação inescapável do capitalismo burguês. A partir da posição de Gramsci, inclusive, seria possível explicar o motivo do sucesso e do fracasso de iniciativas revolucionárias, através do aspecto cultural da sociedade onde tais processos ocorressem.

Apesar de não buscarmos nos alongar na análise da teoria Gramsciana, entendemos que cabe nesta obra indicar que, desde então, já se inaugura um entendimento de fenômenos políticos como resultado derivado de aspectos culturais.

Almond e Verba (1989) acabam trilhando caminho semelhante ao de Gramsci ao buscar entender o processo de modernização dos Estados. Os autores teorizam sobre a importância da cultura política dos países sobre o resultado que derivará deste processo de modernização – a emergência, nos limites, de um Estado democrático ou de um Estado totalitário - ou de alguma combinação entre tais tipos ideais de Estados Modernos.

Nesta teoria, os autores advogam sobre uma dita cultura cívica – Britânica, em sua análise – resultante de uma adequada conciliação entre tradição e modernidade, que geraria o ambiente adequado para o desenvolvimento do Estado Democrático. Se podemos questionar a conclusão à qual os autores chegaram, na medida em que estaria proposta apenas o modelo de democracia ocidental liberal como o modelo desejado de democracia a ser obtido, o pressuposto apresentado reforça a percepção de que a cultura política presente num país impacta sobre o processo de construção de sua democracia.

Desta maneira, temos aqui mais uma indicação da importância de analisar o ambiente cultural de um país. Se o ambiente cultural onde ocorre a internalização do ideário democrático em um país impacta no modelo de democracia instalada, mais aspectos culturais, portanto, precisam ser analisados a fim de decifrar e entender aspectos fundantes que auxiliem no entendimento das práticas contemporâneas políticas do mesmo.

Trazemos também uma análise da política Estadunidense feita por Elazar. O autor organiza três tipos de culturas políticas presentes no país (cultura moralista, individualista e tradicionalista) e define que, de acordo com a cultura política presente em um estado americano (um dos entes federados) é possível antever os resultados dos processos de formação de políticas públicas no mesmo.

Conforme explicado por Lowery e Sigelman (1982) em artigo onde explicam a teoria de Elazar, tais diferenças culturais acabariam resultando em entendimentos distintos sobre o propósito da ação política e da política governamental, uma vez que, em cada uma destas culturas, haveria entendimentos distintos em relação à legitimidade da participação política em massa e em relação ao escopo da formação de políticas públicas do governo. Assim, tais culturas acabariam, na prática, limitando a priori o espaço de ação e as opções de políticas públicas aceitas como legítimas ou adequadas nestes estados.

Neste caso, vemos a apresentação de um passo além, em relação a Gramsci e Almond e Verba, uma vez que a cultura, de acordo com Elazar, acabaria por limitar as opções de políticas públicas em toda a esfera de trabalho de um governo (não apenas em momentos de revolução, ou de absorção do ideário democrático), mas sim, quase que como um elemento determinante das possibilidades de políticas públicas a serem implementadas em uma determinada localidade.

Possivelmente, tal entendimento ajudaria, sobremaneira, a explicar o motivo de algumas políticas públicas serem ou não exitosas em determinadas localidades e até mesmo a identificar que haveria mais barreiras à sua implementação em alguns locais, comparativamente a outros.

Relação entre política e cultura – cultura nas relações internacionais

Para Huntington, no mundo pós-Guerra Fria, a cultura é, ao mesmo tempo, uma força unificadora e divisiva. Os povos separados pela ideologia, mas unidos pela cultura, se juntam, como no caso das duas Alemanhas. As sociedades unidas pela ideologia, ou por uma circunstância histórica, porém divididas pela civilização, ou se partem, como aconteceu na União Soviética, na Iugoslávia e na Bósnia, ou ficam sujeitas a fortes tensões, como no caso da Ucrânia, Nigéria, Sudão, Índia, Sri Lanka, dentre outros. Os países que têm afinidades culturais cooperam em termos econômicos e políticos. As organizações internacionais baseadas em Estados com aspectos culturais em comum, como a União Européia, têm muito mais êxito que aquelas que tentam transcender as culturas.

Mediante a análise do Sistema Internacional pelo aspecto cultural, Huntington (1997) chega à conclusão de que o Sistema Internacional passa a ser multipolar e multicivilizacional após a Guerra Fria. Multicivilizacional, pois as identidades das

civilizações é que passam a moldar os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo. Multipolar, pois verifica-se o agrupamento das civilizações em torno de Estados líderes ou núcleos de suas civilizações, que no Sistema Internacional, são as potências desse novo Sistema.

Huntington define em sua obra, ainda, qual é o conceito de civilização levado em conta na elaboração de sua teoria. Para ele, civilização se refere ao estilo de vida em geral de um povo, e a civilização é uma entidade cultural que pode abranger diversas culturas distintas dentro dos mesmos hábitos. Laços familiares, idioma, religião e estilo de vida são características comuns que povos de culturas distintas podem compartilhar, ou não.

Entretanto, uma civilização é a entidade cultural mais ampla. As aldeias, as regiões, os grupos étnicos, as nacionalidades, os grupos religiosos, todos, têm culturas distintas em diferentes níveis de heterogeneidade cultural. As comunidades européias, por exemplo, compartilharão aspectos culturais que as distinguem de comunidades chinesas e hindus; entretanto, as mesmas não são parte de nenhuma entidade cultural mais ampla. Elas constituem civilizações. Uma civilização é assim, portanto, agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Ela é definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas.

Baseado nessas semelhanças e diferenças, Huntington organiza o Sistema Internacional em oito civilizações principais, a saber:

- Civilização Sínica: agrupa os países de cultura comum à China e às comunidades chinesas do Sudeste Asiático, e de outros lugares fora da China, bem como as culturas com ela relacionadas do Vietnã e da Coreia. Tem no Confucionismo um dos componentes principais e tem na figura da China seu Estado-núcleo;
- Civilização Japonesa: reconhecendo a cultura japonesa como uma civilização que foi fruto da civilização chinesa. O Japão seria o Estado-núcleo desta civilização;
- Civilização Hindu: formada por influência do Hinduísmo sobre a formação da cultura do subcontinente, desde o segundo milênio antes da era cristã. Apresenta a Índia como Estado-núcleo da civilização;
- Civilização Islâmica: tendo origem na península arábica no século VII d.C. e espalhando-se rapidamente através do norte da África e da Península Ibérica, bem como, na direção do leste, pela Ásia Central, pelo Subcontinente e pelo Sudeste

Asiático. Em consequência, existem dentro do Islã muitas culturas distintas, inclusive árabe, turca, persa e malaia. Esta civilização ainda carece da definição de um Estado-núcleo;

- Civilização Ortodoxa: a civilização ortodoxa é separada da Cristandade Ocidental como resultado de sua ascendência Bizantina, além de religião distinta, e exposição limitada ao Renascimento, Iluminismo e outras experiências fundamentais do Ocidente. Tendo a Rússia como Estado-núcleo;

- Civilização Ocidental: tendo os Estados Unidos da América como Estado-núcleo, é uma civilização surgida a partir de 700 a 800 d.C., formada a partir dos moldes da cultura européia;

- Civilização Latino-Americana: um produto da civilização européia que também incorpora, em graus variados, elementos de civilizações indígenas americanas;

- Civilização Africana: tendo a África do Sul como seu possível Estado-Núcleo, agrupando países da região da África subsaariana que cada vez mais se identificam em torno de uma noção de identidade africana.

Os pressupostos filosóficos, os valores subjacentes, as relações sociais, os costumes e as formas de ver a vida de forma geral se diferenciam de modo significativo entre as civilizações, e a revitalização da religião em grande parte do mundo está reforçando essas diferenças culturais. Ainda que o Ocidente continue a ser, por muitos anos, a civilização mais poderosa, seu poder em relação ao de outras civilizações, está declinando e, à medida que o Ocidente tenta impor seus valores e proteger seus interesses, as sociedades não-ocidentais se defrontam com uma escolha.

Algumas tentam emular o Ocidente e se juntar a ele, enquanto outras sociedades confucianas e islâmicas tentam expandir seu próprio poder econômico e militar para resistir e “contrabalançar” o Ocidente. Desse modo, um eixo central da política mundial pós-Guerra Fria é a interação do poder e da cultura ocidentais com o poder e a cultura de civilizações não-ocidentais.

Huntington identifica, no mundo pós-Guerra Fria, uma mudança no alinhamento dos países - povos e países com culturas parecidas estão se juntando e povos e países com culturas diferentes estão se afastando. Os alinhamentos definidos por ideologia e por conta de relacionamentos com superpotências estão dando lugar aos alinhamentos definidos pela cultura e pela civilização.

Durante a Guerra Fria, um país podia ser não-alinhado ou, como faziam alguns, podia mudar seu alinhamento de um lado para o outro. Os dirigentes de um país faziam essas opções em função das suas percepções dos seus interesses de segurança, suas avaliações do equilíbrio de poder e suas preferências ideológicas. No mundo novo, entretanto, a identidade cultural é o fator essencial para moldar as associações e os antagonismos de um país. Enquanto um país podia evitar se alinhar no contexto da Guerra Fria, ele não pode prescindir de identidade. E a identidade cultural dos países define o lugar desse Estado na política mundial, seus amigos e seus inimigos.

As fronteiras políticas estão cada vez mais sendo redesenhadas para coincidir com as fronteiras culturais: étnicas, religiosas e civilizacionais. As comunidades culturais estão substituindo os blocos da Guerra Fria, e as linhas de fratura entre as civilizações estão se tornando as linhas fundamentais de conflito na política mundial. Os anos 90 ainda viram a erupção de uma crise mundial de identidade. As questões de identidade são ainda mais importantes em países fendidos, que contam com grupos consideráveis de pessoas de civilizações diferentes.

Ao lidar com uma crise de identidade, o que conta para as pessoas é sangue e crença, fé e família. As pessoas se congregam com as que têm semelhanças de ascendência, religião, idioma, valores e instituições, e se distanciam daquelas com diferenças nesses aspectos.

Na Europa, Áustria, Finlândia e Suécia, que culturalmente fazem parte do Ocidente, tiveram que se manter divorciadas do Ocidente e neutras durante a Guerra Fria, e atualmente estão em condições de se juntar a seus semelhantes culturais na União Européia. Os países católicos e protestantes do antigo Pacto de Varsóvia – Polônia, Hungria, República Checa e Eslováquia – estão se encaminhando para ingressarem na União Européia e na OTAN, e os Estados bálticos estão entrando na fila atrás deles. As potências européias deixam claro que não querem um Estado muçulmano, a Turquia, na União Européia.

Durante a Guerra Fria, a Grécia e a Turquia pertenciam à OTAN. Atualmente, esses alinhamentos da época da Guerra Fria estão cedendo lugar a alinhamentos civilizacionais baseados no Islamismo e na Ortodoxia. Com o desaparecimento da ameaça soviética, a aliança “antinatural” entre Grécia e Turquia fica sem sentido, à medida que se intensificam os conflitos entre elas por causa do Mar Egeu, de Chipre, do seu equilíbrio militar, seus papéis na OTAN e na União Européia, e seus

respectivos relacionamentos com os Estados Unidos. A Turquia reafirma seu papel de protetora dos muçulmanos balcânicos e proporciona apoio à Bósnia.

A partir da teoria civilizacional de Huntington, percebemos que, ao menos no âmbito internacional, a relação entre política e cultura possui uma relação significativa. É a partir das considerações destes quatro autores que apontam para as relações entre cultura e política que propomos um olhar para as questões internas brasileiras.

2 – HISTÓRICO BRASILEIRO E CULTURA DE CONCILIAÇÃO

Tomando o ano de 1500 como o início do processo de ocupação e colonização do território brasileiro pelos portugueses e o ano de 1889 como o ano da proclamação da Primeira República Brasileira, identificamos, em 2024, a existência de um período de 135 anos de anseios de uma experiência republicana (entrecortados por períodos de governos autoritários - entre 1930 e 1945 com a Era Vargas; e entre 1964 e 1985 com a Ditadura Militar - contra um histórico de quase 400 anos de governos onde a participação popular foi reprimida, indesejada ou desincentivada.

Durante o período colonial, o Brasil foi marcado pela exploração econômica e pela imposição de uma estrutura social rígida. A conciliação entre colonizadores e elites locais foi essencial para manter a ordem e a exploração dos recursos. As Capitanias Hereditárias e o sistema de sesmarias exemplificam como acordos entre a Coroa Portuguesa e os colonos garantiram a exploração eficiente das terras. Prado Junior (1945) destaca que a colonização portuguesa foi marcada por uma aliança entre a Coroa e a elite agrária, que garantiu a exploração contínua e organizada dos recursos naturais.

As relações sociais durante o período colonial eram baseadas em uma hierarquia rígida, com pouca mobilidade social. A conciliação entre diferentes grupos sociais era frequentemente necessária para manter a ordem e evitar conflitos. Isso se refletiu na forma como a escravidão foi gerida, com acordos entre senhores de escravos e autoridades coloniais para manter o controle sobre a população escravizada.

Segundo Faoro (1975), o sistema de capitanias hereditárias, estabelecido em 1534, exemplifica como o poder foi delegado às elites locais para garantir a administração do território. Ele advoga que essa estratégia criou uma relação de dependência entre as elites coloniais e a Coroa portuguesa, estabelecendo um padrão

de negociação que evitaria rupturas violentas ao longo da história do Brasil. Assim, desde os primeiros anos do Brasil colonial, a cultura de conciliação começou a ser forjada como uma estratégia política fundamental.

O início da expansão geográfica e da interiorização do país, ocorrida a partir dos eventos das entradas e bandeiras, ao longo do século XVIII, tem principalmente as mesmas características do período das capitanias hereditárias – financiadas com capital privado em um ambiente onde não existia grande presença do Estado.

Assim sendo, esta cultura política se cristaliza e se consolida, mantendo-se inalterada, em essência, até os idos de 1800, com a chegada da família real ao Brasil em 1808. Por mais que mudanças tenham ocorrido desde tal chegada, o período compreendido entre o início da colonização e a vinda da família real ainda excede, em termos cronológicos, o período posterior à sua chegada. Além disso, tal chegada se dá em um momento de fragilidade da coroa, onde grandes rupturas não seriam aconselháveis. Assim, é possível verificar a instalação de uma burocracia e de uma estrutura estatal, mas é improvável imaginar que o impacto na cultura política possa ter sido tão grande.

Ademais, em um curto período - de 14 anos -, já acontece a declaração da Independência do Brasil, em 1822; e, com isso, se instala o Império Brasileiro - situação que perdura até 1889. Ao longo de todo este período, na prática, não observamos grandes mudanças em relação ao autoritarismo, ao patrimonialismo e à perpetuação do poder tradicional. Em 1889, instala-se uma república oligárquica como forma de governo. Em termos de cultura política, observa-se, portanto, uma continuidade da cultura política, apenas em um contexto geográfico um pouco mais alargado.

Durante o século XVIII, as reformas pombalinas representaram um momento de tensão entre a centralização do poder pela metrópole e os interesses das elites coloniais. No entanto, mesmo nesses momentos, prevaleceu uma lógica de acomodação. Schwartzman (1982) argumenta que a habilidade das elites em negociar com o poder central foi um elemento crucial para a manutenção da ordem colonial e a prevenção de revoltas generalizadas. Esse padrão seria replicado em momentos posteriores, como na transição para a independência.

No período imperial (1822-1889), a cultura de conciliação se institucionalizou de forma ainda mais evidente. O "Parlamentarismo às avessas" consolidou o poder do imperador como mediador supremo entre os partidos Conservador e Liberal,

evitando confrontos diretos. Faoro (1975) observa que essa dinâmica reforçou a centralização do poder e a manutenção de estruturas sociais hierárquicas, com pouca abertura para participação popular. A política da conciliação no Segundo Reinado, liderada por políticos como o Visconde de Uruguai, ilustra como os conflitos eram resolvidos por meio de pactos entre as elites, garantindo a continuidade do sistema.

Observando as raízes históricas, o Estado Brasileiro acaba, em alguma medida, herdando a estrutura burocrática oficial trazida na ocasião da vinda da família real em 1808. Tal herança já se apresenta como uma herança baseada em tradição, uma vez que, a posição de poder relativo de Portugal no continente europeu entre 1500 e 1800 advém, em grande medida, de sua capacidade de estabelecer um poder estatal centralizado e uma unidade política coesa em um período anterior ao dos demais países europeus. Sendo assim, cabe imaginar que tais preocupações, de coesão, estabilidade, tradição, tenham sido preocupações que foram trazidas conjuntamente com a vinda da família real.

Mesmo tal vinda, já sinaliza como grandes mudanças seriam assimiladas dentro da lógica política brasileira. A corte portuguesa passa a administrar o Império a partir do Brasil justamente para que mudanças não precisem ser feitas de forma abrupta. Então, mesmo a tomada militar do país acaba não tendo grande impacto em mudanças no eixo de poder, mantendo Portugal como o centro do Império Português, mesmo que, efetivamente, o centro político tenha mudado geograficamente de localização, incluindo a solução da criação de um Reino Unido de Brasil e Portugal – que já sinaliza o processo de mudar para que tudo continue como está, que caracterizará a conciliação em momentos de crise que se observará na política brasileira.

O processo de independência brasileiro guarda um aspecto relativamente único na América Latina. Ao contrário dos demais países, onde o processo de independência se deu por revoltas republicanas, no Brasil a independência ocorre através de um processo de conciliação que, inclusive, diferente dos demais países, não marca a transição de um regime monárquico para um regime republicano. No Brasil, ocorre a independência em 1822, mas o regime monárquico perdura até 1889, quando ocorre a proclamação da república. E mesmo esse processo de proclamação da república não implica em uma grande reorientação política do país, com o poder se mantendo basicamente nas mãos dos mesmos atores políticos de até então. A abolição da escravidão passa pela mesma lógica. A escravidão termina, mas o Estado

Brasileiro não se preocupa em proporcionar cidadania aos ex-escravizados agora libertos; pelo contrário, o Estado se direciona a buscar alternativas de financiamento de mão de obra para as oligarquias rurais.

A independência do Brasil, em 1822, é frequentemente citada como um exemplo de ruptura moderada. Diferentemente de outros países da América Latina, que enfrentaram longas guerras de independência, o Brasil manteve a estrutura monárquica sob Dom Pedro I. Como explica Weffort (1989), a independência foi mais uma "transferência de lealdade" do que uma ruptura completa, preservando os interesses das elites agrárias e comerciais. Esse processo refletiu a habilidade das elites brasileiras em negociar sua autonomia sem comprometer a estabilidade política e econômica.

Daí já deriva que o processo de independência em 1822, marcado por negociações e acordos, consolida um padrão que, posteriormente, vai perdurar ao longo da história. Em contraste com movimentos independentistas violentos e revolucionários em outras nações latino-americanas, o Brasil observa uma transição para a independência relativamente pacífica, baseada em uma indenização financeira e no reconhecimento dos Estados Unidos.

Além disso, o período anterior à independência brasileira consolida uma prática cultural política patrimonialista, autoritária e baseada no poder tradicional; caracterizado, ainda, por uma sociedade organizada hereditariamente em estruturas hereditárias. Nessa lógica, rupturas são desaconselhadas. Mesmo novos pretendentes às posições de poder, geralmente vão depender, no mínimo, de suporte e apoio das lideranças políticas estabelecidas.

Ao longo da história brasileira, não faltam acontecimentos que possam exemplificar tal cultura política de conciliação. Trazendo para uma situação mais próxima, o processo de redemocratização, ocorrido durante a década de 80 do século XX brasileiro, dá cabo a um período de ditadura militar caracterizado por tortura e violência estatal institucionalizada sem a punição e com a anistia dos perpetradores de tal violência, a perpetuação de uma polícia militar, a existência de um tribunal penal militar, as possibilidades de intervenções militares, dentre outras, que sinalizam para o processo negociado (conciliado) de transição de regime.

A conciliação não apenas selou a independência, mas também caracterizou outros momentos cruciais, como a transição para a república em 1889. Por mais que tenhamos observado o período da República da Espada, caracterizado por governos

militares no período republicano, este período foi curto e logo substituído pela república oligárquica, que perdurou até 1930. Mesmo a mudança de regime, de Império para República, não implicou em uma profunda reestruturação do poder, mantendo, assim, as elites políticas e econômicas predominantemente no controle.

Com a proclamação da República em 1889, a cultura de conciliação foi adaptada ao novo regime. A "política dos governadores", estabelecida durante a Primeira República (1889-1930), exemplifica como os interesses das oligarquias estaduais foram acomodados para preservar a estabilidade política. De acordo com Przeworski (1991), esse modelo institucionalizou a troca de favores entre o governo central e as elites regionais, perpetuando a exclusão das massas populares do processo político.

Além disso, a República Oligárquica, se baseia, principalmente, na exploração intensiva da agricultura de monocultura, no sistema de plantation – um sistema econômico que não prima pela distributividade e pela igualdade social, pelo contrário: um sistema onde poucos grandes produtores apropriam a receita gerada pela atividade agrícola, calcada, inicialmente, no trabalho escravo, e depois, na apropriação de mais valia com a utilização de trabalho manual pouco qualificado e mal remunerado.

A história política brasileira é marcada por soluções conservadoras para lidar com desafios e conflitos. A abolição da escravidão, ao invés de promover uma integração plena dos ex-escravizados na sociedade, perpetuou a desigualdade social, com o Estado buscando e financiando alternativas de mão de obra que não desafiassem as estruturas oligárquicas vigentes. É um processo que, ao invés de focar na inclusão social, procura debater, principalmente, formas de indenização aos antigos proprietários de escravizados; além de contar com a participação do governo brasileiro no patrocínio da vinda de imigrantes para a manutenção do funcionamento das grandes propriedades agrícolas.

Durante o século XX, a conciliação continuou a ser uma característica central da política brasileira, especialmente em momentos de transição. A Revolução de 1930, por exemplo, marcou o fim da Primeira República, mas não rompeu completamente com o padrão oligárquico. Getúlio Vargas, ao assumir o poder, negociou com diferentes setores da sociedade, incluindo as forças armadas, os trabalhadores urbanos e as elites agrárias, para consolidar seu governo. Como

destaca Schwartzman (1982), a habilidade de Vargas em conciliar interesses divergentes foi fundamental para sua longevidade política.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a cultura de conciliação novamente se apresenta. A transição para a democracia foi marcada pela anistia aos perpetradores de violações dos direitos humanos, sinalizando uma preferência pela estabilidade em detrimento da responsabilização por atos autoritários. Essa abordagem conciliatória reforçou a continuidade das estruturas políticas estabelecidas.

A transição para a democracia na década de 1980 representa outro momento emblemático da cultura de conciliação. A abertura política, conduzida pelo regime militar, evitou uma ruptura abrupta e foi marcada por acordos entre os militares e a oposição. A Constituição de 1988, por sua vez, refletiu um amplo consenso entre diferentes setores da sociedade, estabelecendo as bases para a democracia contemporânea. No entanto, como argumenta Huntington (1968), transições baseadas na conciliação podem limitar o alcance das reformas, perpetuando desigualdades estruturais.

Ao longo do período Republicano, por diversas vezes utilizou-se o argumento da governabilidade a fim de promover alterações ou promulgações de novas Constituições, tendo em vista manter a governabilidade do país e evitar momentos de crise. Ferreira (1993), aponta que este argumento é apropriado, inclusive, para justificar a construção da nova capital do país, no interior do território continental, longe das pressões políticas que inviabilizariam governar o país a partir do Rio de Janeiro.

Tais pressões políticas, que se buscava evitar, são exatamente os movimentos que, historicamente, em outros países, acabam desencadeando nos processos de mudança mais aprofundados. No Brasil, ao contrário, historicamente, procura-se manobrar para esvaziar tais pressões, concedendo pequenas mudanças a fim de que a estrutura se mantenha.

Em suma, o pano de fundo histórico do Brasil revela como a cultura de conciliação foi utilizada ao longo dos séculos para preservar a estabilidade política e evitar conflitos. No entanto, esse padrão também perpetuou estruturas de poder excludentes, limitando a participação popular e a capacidade de implementar reformas estruturais. A análise desse contexto é essencial para compreender os desafios enfrentados pelo Brasil contemporâneo e o papel da cultura de conciliação na política atual.

3 – O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

A partir das reflexões sobre cultura política observadas internacionalmente, identificamos a oportunidade de realizar um compilado de publicações que tratam sobre o tema, sob a égide brasileira, a partir de 1988. Com isso, pretendemos reforçar a importância de considerar aspectos culturais quando da análise de cenários políticos e sinalizar um caminho para um futuro entendimento dos aspectos da cultura de conciliação sobre a prática política brasileira.

Uma forma de identificar o conceito de cultura política é a partir da utilização de uma definição abrangente e pertinente realizada por Ferraz (2017), onde o autor aponta cinco aspectos que devem ser levados em conta quando se trata desse tema: 1) culturas políticas só existem em fenômenos estruturados e reproduzidos na longa duração; 2) embora fenômenos do tempo longo, as culturas políticas não devem ser vistas como realidades imóveis; 3) é preciso considerar também os vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas; 4) o conceito pode ser aplicado também a diferentes espaços, servindo para designar desde coletividades reunidas em torno de projetos específicos até grupos nacionais ou regionais; 5) ao se utilizar a categoria cultura política são necessários alguns cuidados no que se refere à aproximação com outros conceitos.

Com base nesses parâmetros, é que se pode falar de uma cultura política brasileira – baseada na análise dos fenômenos reproduzidos na longa duração no espaço nacional. Desta forma, trazemos a contribuição de alguns autores sobre o tema, analisando a influência da cultura política brasileira na contemporaneidade. Percebemos, na análise da literatura sobre o tema, a percepção comprovável de que, na mesma medida que a cultura influencia e determina a política, fatos políticos também acabam influenciando aspectos culturais. Então, mais que uma relação de causa e efeito, onde a política seria um efeito da cultura, atenta-se para uma relação simbiótica onde ambos aspectos se influenciam e se reforçam.

Impactos da cultura na política

É possível apontar a necessidade de construção de uma nova cultura política com objetivo de incentivar a prática da cidadania participativa. Propondo algumas visões de futuro para a cultura política brasileira, pode-se buscar a crítica da cultura

estabelecida e a construção de nova cultura política, contra as visões liberal, autoritária, populista e a neoliberal, apresentando os parâmetros onde esta nova cultura política deveria se pautar quando de sua fundação.

Além disso, por vezes, recorre-se à apresentação de um mito fundador da cultura política, e, por consequência, até mesmo da sociedade brasileira. Cabe entender e identificar tal mito fundador, a fim de compreender sob quais parâmetros está fundada a cultura política. Entende-se que a ideia de um mito fundador serve como uma espécie de cimento social, que cumpre a função de providenciar uma sustentação imaginária, como uma identificação de características que estão presentes na atualidade mas que se sustentam baseadas numa autoridade pretérita.

Assim, é possível apontar a construção histórico-cultural que fundamenta tanto a ideia da não-violência (princípio norteador da ação brasileira nas relações internacionais, inclusive) e da ideologia autoritária e indicar que diversos episódios históricos podem ser interpretados à luz de tal mito. Para tanto, é possível debruçar-se sobre as raízes de tal mito fundador, qual seja: um conteúdo profético-milenarista que profetizava sobre o encontro do Éden bíblico na Terra. Assim, o novo território, quando enxergado, vai ser visto pelos signos da Natureza, e não da História e da Cultura.

Deriva daí que, o Brasil sendo caracterizado como “um dom de Deus aos homens”, uma terra onde não há desastres naturais (terremotos, vulcões, etc.), uma terra da clemência da abundante natureza, habitada pelo bom-selvagem, o país do futuro, logicamente, só pode estar naturalmente destinada à grandeza; uma grandeza, pela qual, não haverá necessidade de trabalhar (ou lutar), por ser resultado inescapável da providência divina. Conclui-se então que este é o motivo pelo qual violência e autoritarismo, nesta sociedade, não encontram meios para serem percebidos e superados: não existem porque não podem existir. E o que não tem autorização para existir, não pode ser pensado e combatido.

Por isso, é possível concluir pela necessidade de criar-se uma cultura política que seja capaz de romper com tal ideia profética / sacralizada, que possibilite que cidadãos concebam a ideia de lutar por mudanças, ao invés de aceitar uma dada ordem natural das coisas.

Fantinel (2011), vai justamente apontar a necessidade de entender o processo histórico social de formação da sociedade brasileira para entender a cultura política do país. Apesar de, no trabalho da autora, o fenômeno estudado ser a suposta

característica de não participação, apatia e distanciamento do cidadão brasileiro com a ação política; o método de buscar em causas culturais explicações para práticas políticas é reafirmado pela autora como um método a ser considerado para um aprimorado entendimento destas questões, conforme ilustrado na passagem:

somente e acima de tudo, a separação entre cultura e cultura política de natureza analítica. O universo simbólico associado ao exercício e estruturas de poder de uma sociedade é parte de um universo simbólico geral – e aspectos que se referem a objetos políticos se encontram entrelaçados de muitas maneiras com aspectos relacionados a determinada cultura. Tal argumento apresenta-se como fundamental ao dar o tom das discussões aqui colocadas. Procura-se, assim, trazer alguns aspectos presentes no cotidiano e na história dos brasileiros, aspectos esses que podem ser relacionados ao seu universo simbólico, realizando, de tal forma, um diálogo para a elaboração de questões a fim de que se discuta a(s) cultura(s) política(s) brasileira(s). (Fantinel, 2011, p.4)

Baquero (2001) se propõe a entender a consolidação da democracia brasileira a partir da análise da cultura política Brasileira, iniciando esta a partir do entendimento das instituições brasileiras e apontando que, nos países ocidentais (Europa e EUA, principalmente), observa-se um processo de passagem das relações familiares, para relações institucionais (partidos políticos) e então, relação Estatal – e apontando que, no Brasil, este processo foi, certa maneira, atalhado, sem a criação do âmbito institucional e a relação direta entre indivíduos e o Estado, fragilizando, assim, as instituições e seu papel de representação popular no Brasil. Destas colocações de Baquero deduzimos, então que tal processo cultural ocorrido, de importação institucional externo, resultou num Estado implantando e não em um Estado construído no país, o que fragiliza a eficácia institucional no país.

Além disso, o autor aponta, também, a contribuição de governos de orientação neoliberal no Brasil, nesse sentido, uma vez que se reafirma o papel individual e se fragiliza o sistema de representação política. Daí, deduz o autor, não é surpreendente, portanto, o surgimento de chamado neopopulismo, líderes carismáticos apoiados em função de suas características pessoais e agindo contra a população que os elegeu.

O autor ilustra tal reflexão:

Dessa maneira, constata-se uma crise dominante da legitimidade do Estado no país. As pessoas parecem não mais acreditar na autoridade constituída. Roberto DaMata (1993) ilustra bem esse ponto ao observar que as pessoas, quando se sentem ameaçadas, aumentam a altura das grades das suas residências, em vez de pressionar o Estado na busca de soluções para o problema da violência. Na área da educação pública, que conta com recursos

materiais, quando insatisfeitos com a qualidade do ensino, não lutam por melhores escolas mas transferem seus filhos para escolas particulares. Todos esses elementos sugerem que, longe de se estar construindo uma cultura política participativa e democrática, materializa-se uma cultura política fragmentada e individualista, com pouco capital social. Trata-se, portanto, de considerar importante que hoje o desenvolvimento de redes baseadas na confiança interpessoal poderia constituir o mecanismo de resgate da sociedade civil, para um comportamento mais crítico e fiscalizador da coisa pública. O que se observa, entretanto, é um sentimento generalizado de desconfiança entre as pessoas e em relação ao Estado e suas instituições. Como decorrência dessa cultura, constata-se o surgimento de um eleitor individualista e pragmático, cujo comportamento político se guia por princípios de eficácia administrativa e capacidade gerencial e não por princípios ideológicos. (Baquero, 2001, p. 103)

Em outra ocasião, Baquero (2012) também vai analisar os impactos de aspectos culturais sobre a política trazendo a análise da criação de relações de confiança, tanto entre representantes e representados quanto na democracia como ferramenta de solução de desigualdades. De acordo com o autor, em termos gerais, dado que, por muito tempo, os processos eleitorais foram a única forma de acesso à arena democrática pela população, mas, tais processos acabam não se demonstrando efetivos como ferramentas de *accountability* (não necessariamente punem com a perda de um mandato futuro representantes mal avaliados por seus representados), tal quebra de confiança acaba sendo transferida para uma quebra de confiança em relação ao processo democrático como um todo.

Tal dinâmica que demonstra o impacto de um aspecto cultural sobre a prática política pode ser explicado pela seguinte lógica:

Quando os cidadãos confiam na lei e nas instituições estabelecidas, é maior a probabilidade de manifestarem predisposição para articular suas demandas através das instituições formais e permitir que elas façam a mediação de conflitos. Também confiam nas instituições políticas para adotar soluções políticas para os problemas sociais. Da mesma maneira, quando os cidadãos não confiam nas regras nem nas instituições, estão mais inclinados ao conflito e menos dispostos a aceitar sacrifícios coletivos, tendo maiores dificuldades para alcançar os acordos necessários para aumentar a oferta de bens públicos. Adicionalmente, quando a confiança interpessoal e a confiança nas leis e instituições são fracas, a cooperação espontânea é rara. (Baquero, 2012, p. 91)

Baquero e González (2016), apresentam também a ideia de que práticas políticas consolidadas culturalmente por vezes acabam sendo apropriadas e retomadas a fim de garantir estabilidade política no tempo presente, fenômeno que os autores apontam como sendo resultado de um processo que denominam como democracia inercial. Os autores apontam que em momentos de sucesso econômico,

é criado algum nível de desigualdade que propicia a alguns atores políticos uma posição de representante de um grupo privilegiado que possa se opor a interesses políticos hegemônicos.

Assim, quando o governo tenta implementar ajustes a fim de minorar tal situação de desigualdade, é colocado em situação em que não encontra sustentação popular. Dessa maneira, o governo democraticamente eleito se vê colocado em posição de fragilidade e acaba precisando recorrer a práticas políticas consagradas historicamente, porém, indesejadas na atualidade, a fim de conseguir contrabalancear tal fragilidade.

O olhar desta questão é dirigido às questões econômicas, especialmente, por ser o ambiente onde relações de desigualdade acabam sendo alimentadas e gerando tal ambiente onde as práticas políticas recebem incentivos a posições conservadoras ao invés de posições revolucionárias.

Os autores resumem a relação entre cultura e política, principalmente no aspecto da personalização do representante:

O personalismo da política brasileira faz com que a identificação com os incumbentes seja um fator primordial. A estabilidade do regime está ancorada na popularidade dos dirigentes políticos e esta, por sua vez, estreitamente ligada à capacidade de garantir a execução de políticas que tragam benefícios individualizados aos diferentes setores da população. (Baquero e González, 2016, p. 517)

Cultura e comportamento eleitoral

Apenas a fim de reafirmar a relação entre cultura e política, trazemos algumas contribuições de autores que apontam impactos dessa dinâmica no comportamento eleitoral Brasileiro.

Nessa direção, Borba (2005) procura explicar o comportamento eleitoral no Brasil a partir de aspectos de cultura política. O autor oferece uma análise detalhada sobre o conceito de cultura política, seu papel na consolidação da democracia e as formas pelas quais as atitudes e valores dos cidadãos interagem com instituições políticas. Para Borba, compreender a cultura política é essencial para avaliar a democratização, especialmente em contextos de transição de regimes autoritários para democráticos, como os da América Latina.

Borba parte do entendimento de que a cultura política engloba atitudes, valores e crenças que moldam as práticas e expectativas em relação à política e às instituições democráticas e argumenta que essa cultura é formada historicamente e atravessa gerações. Entretanto, o autor pontua que tal categoria pode sofrer alterações por meio de processos sociais, econômicos e políticos. Portanto, advoga que a cultura política é tanto causa quanto efeito das estruturas políticas, sugerindo uma relação de influência mútua entre elas. Valores compartilhados pelos cidadãos podem moldar o desenho institucional, enquanto as instituições, por sua vez, influenciam as práticas culturais.

Um ponto central no trabalho de Borba é a relação entre cultura política e legitimidade democrática. Ele explora a ideia de que a democratização não é apenas uma questão de mudança institucional, mas também de transformação cultural. Muitos países latino-americanos, por exemplo, enfrentaram períodos de regimes autoritários que deixaram traços profundos na cultura política, resultando em atitudes ambivalentes ou mesmo autoritárias por parte dos cidadãos. Esses traços dificultam a consolidação da democracia, pois criam desafios para a aceitação plena de princípios democráticos, como o respeito às instituições, à lei e aos direitos fundamentais.

O autor aponta que:

A explicação para o personalismo do eleitor brasileiro e a estruturação do voto guiada por atributos e imagens deve ser buscada na história do país e no seu impacto na conformação dos principais aspectos da sua cultura política. (...) Os dois regimes autoritários ao longo da história republicana foram fortemente racionalizados e legitimados por argumentos de inspiração tecnocrática, fazendo com que a organização do aparelho de Estado fosse fortemente estruturada a partir dessas idéias (como, por exemplo, nos conselhos técnicos), juntamente com a promoção de um forte desprestígio das instituições políticas constituintes da democracia, como o parlamento e os partidos políticos. As consequências desses processos sobre estas instituições foram muitas, e dentre elas cabe destacar a estruturação de um sistema partidário extremamente fragmentado, instável, oligarquizado e extremamente frágil como mediador político entre a sociedade e o Estado. Diretamente relacionado com a fragilidade do sistema partidário, o poder legislativo caracterizou-se por uma permanente atrofia que, historicamente, o colocou a reboque de um poder executivo “todo poderoso”. Estes fatos, juntamente com vários aspectos da estrutura econômica da sociedade brasileira, na qual uma boa parcela dos seus cidadãos não tem acesso às mínimas condições para sua subsistência, foram em grande parte responsáveis pela configuração do sistema de crenças políticas da sociedade. Deste modo, a conjugação de cidadãos pouco sofisticados com a constante difusão de ideologias antidemocráticas foi o elemento central da formação da cultura política brasileira, permitindo que o personalismo

constituísse a base histórica de estruturação do comportamento eleitoral. (Borba, 2005, p. 163 – 164)

Ribeiro e Fuks (2019) conduzem, também, um grande estudo empírico a fim de entender as características de uma intolerância política identificada à época, que acabou se demonstrando mais presente e radicalizada com o passar dos anos. Os autores buscam identificar os impactos de características atitudinais e motivacionais sobre posições mais ou menos tolerantes politicamente, identificando que características como idade, religiosidade e interesse autodeclarado por política teriam especial importância sobre tal variável.

Os autores concluem tal avaliação sinalizando:

Assim, testamos, na opinião pública brasileira, alguns dos condicionantes apontados por essa tradição de estudos empíricos sobre a tolerância política. Entre os resultados mais importantes, apontamos a natureza não aleatória da seleção dos grupos alvos da antipatia, que claramente apresenta bases demográficas e atitudinais específicas, especialmente relacionadas a idade, religiosidade e interesse por política. O nível de tolerância política em relação aos alvos de rejeição, por sua vez, se mostrou mais relacionado a características atitudinais e motivacionais, como a adesão à democracia e o interesse por política. (Ribeiro e Fuks, 2019, p. 551)

Interações entre cultura e política

Além da contribuição já apresentada sobre a visão de Borba (2005), seu texto traz também um diálogo com teorias clássicas de cultura política, como a proposta por Almond e Verba, reconhecendo suas contribuições, mas também suas limitações. Ele questiona o determinismo atribuído à relação entre cultura política e estabilidade democrática, apontando que transições democráticas bem-sucedidas podem ocorrer mesmo em sociedades com valores autoritários enraizados. Ele enfatiza que mudanças culturais podem ser impulsionadas por experiências políticas, modernização econômica e processos de socialização que ampliam a adesão aos valores democráticos.

Desta maneira, criticando tanto uma visão determinista dos efeitos da cultura quanto das instituições sobre a prática política, Borba propõe, alternativamente, a seguinte visão, que leva em conta a interrelação entre cultura e política:

Para o interesse deste trabalho, o fundamental é a percepção da relação dialética que existe entre a produção e emissão de conteúdos simbólicos (ideologias) e a recepção desses símbolos. As ideologias, ao mesmo tempo em que são constituídas pela cultura política de uma sociedade, acabam moldando esta mesma sociedade através da produção de novos significados que são internalizados nas práticas sociais. (Borba, 2005, p.155)

Apontando a relação mútua entre política e cultura, na mesma direção em que aponta Borba, Moisés (2008), faz uma importante análise sobre cultura política ao contrapor tal ideia com a teoria institucionalista. Uma vez que nosso foco não reside sob o entendimento das teorias institucionalistas, procuraremos analisar o olhar do autor sob as teorias que objetivam o entendimento da cultura política.

O autor aponta que sua análise está focada em entender como tais aspectos influenciam a relação entre as atitudes dos cidadãos e o processo de democratização, entretanto, suas conclusões podem ser retomadas para auxiliar num maior entendimento do fenômeno.

Ele explica que a tradição de estudos de cultura política considera a presença ou ausência de orientações democráticas dos indivíduos como formadas a partir de processos de socialização que interagem com a experiência política, influenciando sobre a estabilidade ou a mudança do regime. A cultura política, assim, referiria-se a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afetaria o envolvimento das pessoas com a vida pública. Desta maneira, essas orientações teriam longa duração no tempo e, assim, que elas influenciam os cidadãos a aceitarem ou não o regime democrático como sua alternativa preferencial. Entretanto, isso não quer dizer que mudanças de orientação não possam ocorrer, sob a pressão de efeitos de transformações geracionais e/ou de processos de modernização econômica e social sobre os valores políticos, por exemplo. A importância das atitudes da massa de cidadãos também é enfatizada pelas teorias de congruência e de capital social. Algumas teorias culturalistas são holísticas, agregadas e deterministas, enquanto outras são mais individualistas, micro orientadas e probabilísticas, mas, independentemente dessas diferenças, elas compartilham muitos aspectos comuns, a exemplo da relevância atribuída à noção que combina participação política e aceitação da autoridade pública como condição da democracia.

Assim, o autor prossegue informando que as teorias de cultura política e, em particular, o modelo proposto por Almond e Verba, foram objeto de várias críticas, sendo uma das mais importantes a que se refere ao seu suposto viés determinista, isto é, à noção de que o surgimento e a consolidação dos regimes políticos, quaisquer que sejam eles, dependeriam da existência prévia de valores congruentes com as instituições correspondentes. Ele ressalta que, embora textos mais recentes de Almond, tenham descartado essa interpretação, o livro *The civic culture* foi criticado por implicar em uma relação de dependência entre cultura política e estabilidade democrática. Se esse fosse o caso, contudo, seriam inviáveis as transições do autoritarismo para a democracia, particularmente em situações em que valores autoritários estavam (ou estão), total ou parcialmente, enraizados na sociedade; ou seja, a noção de determinação é incompatível com a dinâmica empírica da democratização.

Almond e Verba também foram criticados por propor uma modalidade de análise comparativa que, tomando o modelo de democracia liberal como referência, apontava os sistemas políticos norte-americano e britânico como ideais. A cultura cívica corresponderia a cidadãos que, relativamente ativos na vida política, mostrariam propensão para combinar participação com confiança interpessoal e deferência às autoridades. Mas diferentes experiências mostraram que a democracia pode conviver com baixos níveis de participação, atitudes de protesto e mesmo distanciamento das autoridades.

A objeção mais importante, contudo, diz respeito à relação entre cultura política e estrutura política: a distinção analítica entre as duas categorias, segundo os críticos, teria servido para Almond e Verba enfatizar a necessidade de congruência entre elas, mas eles não teriam explicitado a natureza da relação, a sua dinâmica e o sentido de sua causalidade. Enquanto a maior parte dos críticos argumentou que a cultura política é apenas um efeito da estrutura política, que tenderia a se consolidar com o passar do tempo, os seguidores de Almond e Verba sustentaram, ao contrário, que o modelo analítico proposto supõe uma ligação efetiva entre as dimensões micro dos comportamentos individuais (captada por surveys sobre atitudes e opiniões) e macro (relativa às estruturas do sistema), permitindo explicar a dinâmica da relação cultura-estrutura.

Segundo Moisés, em vez de determinação, Almond e Verba teriam adotado o suposto segundo o qual estrutura e cultura se influenciam mutuamente, ou seja,

valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política, contribuindo para sua continuidade ou mudança. Nessa relação, caracterizada por uma causalidade cruzada entre as duas dimensões, a estrutura institucional seria causa e efeito da cultura política, e vice-versa.

O autor prova a interrelação entre esses fatores realizando, ainda, uma extensa análise de alguns indicadores de cultura política como, por exemplo, a sobrevivência do autoritarismo. Analisando esses dados, eles descreve que a democracia não tem longa tradição de duração na América Latina e poucos são os países em que o regime não sofreu interrupções no século passado (caso da Costa Rica). Na maior parte do continente, os cidadãos conheceram, ao contrário, longos períodos de regimes autoritários (casos da Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai), com ou sem tutela militar, que às vezes representavam simples retorno a experiências autocráticas anteriores ou a continuidade de regimes de ditadura unipessoal ou de partido único (casos do Paraguai e do México). Afora períodos de predomínio do sistema oligárquico, vigente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, em geral os regimes autoritários duraram de 10 a 30 anos (e mais nos casos do Paraguai, México e Nicarágua).

Por isso, tendo em conta o importante papel dos processos de socialização na formação da cultura política, a generalização da preferência pela democracia em décadas recentes não pode ser pensada como implicando necessariamente em apoio incondicional a todos os elementos do novo regime. A expectativa é que os traços de sobrevivência de concepções autoritárias sobre a política, expressos em preferências autoritárias e em atitudes de ambivalência política, ainda sejam fortes, influenciando sobre as convicções a respeito do papel das lideranças políticas e da relação dos cidadãos com governos, partidos e parlamentos. Para testar essas hipóteses, este estudo procedeu, em primeiro lugar, à construção de uma tipologia destinada a verificar as orientações dos indivíduos quanto à democracia. Com base nas suposições anteriores, a idéia era verificar em que medida atitudes que revelam a sobrevivência de traços autoritários entre os cidadãos impactam as tendências de adesão ao regime democrático. Por isso, para além das atitudes de simples adesão ou de rejeição à democracia, a tipologia buscou caracterizar o fenômeno de ambivalência política na sociedade brasileira e seus efeitos para a legitimação da democracia.

Sobre a interrelação entre cultura e política, o autor escreve:

A idéia é que tanto a tradição da cultura política como a que valoriza o formato e o desempenho das instituições influem sobre como os cidadãos se relacionam com o regime democrático. As orientações formadas durante processos originários de socialização, embora importantes para definir tendências atitudinais de longo prazo, interagem, mesclando-se de forma não linear com o julgamento político decorrente da experiência dos cidadãos com as instituições. Em outras palavras, a combinação de orientações derivadas de valores com a avaliação propiciada pela experiência política prática forma o terreno em que se definem as atitudes e as reações dos cidadãos sobre o regime democrático. A questão do apoio ao regime tem, portanto, natureza complexa e multidimensional, envolvendo ao mesmo tempo a aceitação da democracia como um ideal, a rejeição maior ou menor de suas alternativas, a insatisfação com seus resultados práticos e atitudes que confundem ou misturam essas escolhas. Ou seja, as escolhas do público a respeito do regime político não podem ser vistas em termos de tudo ou nada, isto é, de adesão total ou rejeição total, mas, ao contrário, elas se caracterizam por um processo gradual, cuja dinâmica envolve atitudes de dúvida e de ambivalência política, assim como os seus efeitos. (Moises, 2008, p. 18)

Ao primeiro olhar, portanto, os países do continente dividem-se entre os de maior tradição democrática e aqueles onde essa tradição, sendo mais frágil, corresponde aos públicos cuja adesão à democracia é menor. Uma implicação disso é a confirmação da hipótese de mútua influência entre estrutura e cultura políticas. Com o objetivo de examinar melhor as implicações do fenômeno de ambivalência política foi adotado, em seguida, um procedimento complementar: o cruzamento dos tipos políticos com indicadores de atitudes não-democráticas, que revelam a sobrevivência de valores autoritários. O conjunto da América Latina as taxas de entrevistados que concordam com alternativas não-democráticas.

A última questão refere-se à demanda dos cidadãos pela democracia em geral. Como esperado, os indivíduos autoritários são os mais identificados com valores antidemocráticos, mas os ambivalentes – a respeito dos quais não é possível conhecer previamente a sua posição – vêm em seguida, indicando que as incertezas quanto à escolha por regimes políticos reforçam as atitudes que dificultam ou bloqueiam a aceitação da democracia. Nesse sentido, é notável que o índice de ambivalentes cresça quando a alternativa antidemocrática usada no teste se refere a dificuldades econômicas e políticas dos países; quando estimula a adoção de um regime puramente antidemocrático ou se refere à opção de apoio a um líder que descarte a democracia. Nessas situações, comuns a vários países, um significativo contingente de indivíduos aceita – ao menos em tese - que os governos desrespeitem a lei para enfrentar dias difíceis. Mesmo em volume menor, também há democratas identificados com valores autoritários, mostrando que o fenômeno de ambivalência

política é mais complexo. Por último, os dados mostram que o percentual geral de latino-americanos que considera insuficiente a oferta de democracia atualmente existente é superior a dois terços de todos os entrevistados, com os índices de autoritários e ambivalentes alcançando médias superiores às do continente em conjunto. Ou seja, um grande número de cidadãos latino-americanos considera que a democratização não está cumprindo a sua promessa, o que sugere, como previsto pelas hipóteses, uma situação de incongruência entre a visão do regime democrático como ideal e a sua realização prática. Isto afeta uma dimensão fundamental da democracia, a participação.

No caso do Brasil, a opção não-democrática dos ambivalentes supera a média nacional, embora a síndrome se verifique também para Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Venezuela. Os ambivalentes, como previsto, preferem alternativas de solução de problemas econômicos ou situação semelhante com apelos à intervenção dos militares e alternativas claramente não-democráticas. Trata-se de uma confirmação da sobrevivência de traços autoritários no quadro das novas democracias latino-americanas. A descrição apresentada, baseada em análises bivariadas, aponta para importantes tendências de associação entre as variáveis selecionadas.

Os testes empíricos confirmam a hipótese de que tanto a cultura política como a avaliação das instituições contam para este resultado e reforçam a suposição de parte da literatura de que fatores políticos importam mais do que os econômicos na determinação das atitudes dos cidadãos. O contraste entre a adesão normativa majoritária ao regime e o severo julgamento dos cidadãos sobre a democracy-in-action indica que o grau de incongruência existente entre a oferta institucional de democracia e a demanda cultural dos cidadãos pelo sistema não está sendo superado com o passar do tempo. Nem o desempenho dos governos, nem o das instituições parece capaz de assegurar aos cidadãos que suas expectativas quanto ao regime são realizáveis. Isso sugere que as elites políticas têm dificuldades para perceber a gravidade da situação ou não se sentem encorajadas a enfrentar os problemas que precisam ser resolvidos para que a oferta democrática satisfaça a demanda da cidadania. Diversamente de certo consenso que parece ter se estabelecido na ciência política, no caso brasileiro a questão remete para a atualidade da reforma política

Quanto à qualidade da democracia, a situação brasileira aponta para existência de déficits institucionais que afetam princípios básicos como, por exemplo, o primado da lei ou a responsabilização de governos, comprometendo a capacidade do sistema

político de responder às expectativas dos cidadãos. A insatisfação com a democracia e a desconfiança de suas instituições indicam que eles não sentem que seus direitos de participação e representação – de que dependem a igualdade política e seus corolários, como a igualdade social e econômica – sejam canais efetivos para enfrentar problemas como a corrupção ou as dificuldades econômicas. Nesse contexto, a análise dos dados aponta para a existência de conexão entre a ambivalência a respeito de valores políticos, a insatisfação com a democracia e a desconfiança de instituições, como partidos e Congresso Nacional. Não deveria surpreender, nessa situação, que o país seja um campeão de baixos índices de identificação partidária, de avaliação negativa do Congresso Nacional e de incapacidade dos eleitores de lembrar-se dos políticos em quem votaram nas últimas eleições. A experiência de práticas de corrupção envolvendo governos, partidos políticos e membros do Congresso Nacional, sem que os meios institucionais de controle sejam considerados efetivos, ajuda a explicar a escolha que tantos cidadãos fazem de modelos de democracia “sem partidos” e “sem Congresso Nacional”. Não nos surpreende, portanto, imaginar que esse processo de progressiva deslegitimação das instituições básicas da democracia representativa acabe sendo usado para alimentar alternativas antidemocráticas.

Política influenciando na cultura

Tanto Borba quanto Moisés se baseiam nas teorias clássicas de cultura política, entendendo a influência da cultura sobre a política e reconhecendo a perspectiva de uma política de conciliação presente no país, mas também se aprofundam no nível de análise, demonstrando que, além da relação já observada dos aspectos culturais sobre a política, o processo político e seus resultados acabam influenciando os valores culturais de uma sociedade.

No caso da sociedade brasileira, é possível depreender, a partir das colocações de Borba e Moisés, que, por conta de uma desconexão entre o que a sociedade espera obter a partir de um processo democrático e os resultados obtidos desse processo, que se verifica uma diminuição da importância da democracia na sociedade brasileira, reforçando, assim, uma cultura autoritária no país, também resultado de um processo de crise de representação, como analisado, dentre outros, por Miguel (2003) extensamente ao longo de sua obra. Entretanto, os resultados desse processo, como

se darão no futuro, escapam de nossa capacidade de análise, apesar da importância de sinalizar preocupação sobre o mesmo e utilizar a identificação desse processo a fim de guiar a busca de soluções que possam contrabalancear este problema.

Silva (2018), nos apresenta tal debate informando sobre os efeitos da crise de representação resultando em incentivos para uma política personalista, adicionando aos fatores já apresentados pelos demais autores a questão da desigualdade econômica, como mais um incentivo na busca de soluções autoritárias e pragmáticas, influenciando na formação de uma cultura pouco democrática no país.

O autor fala sobre o impacto dessa prática política na cultura latino-americana:

as democracias contemporâneas passam por um agravamento da crise de representação e essa crise pode ter impactos mais profundos no contexto da América Latina, pois a maioria dos países latino-americanos tem democracias em fase de consolidação onde nunca se efetivou uma democracia de partidos, o que coloca as democracias latino-americanas em permanente contexto de crise da representação. Os dados da *World Values Survey* e do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014) demonstram que, na América Latina, apesar de uma crise de representação, ela aparenta não ter tendências ao desenvolvimento de um personalismo político que angarie os cenários eleitorais e constituam um novo modelo de democracia de público. No entanto, as estruturas dessa democracia de público podem contribuir, junto a outros fatores de cultura política (valores de autoexpressão e de tradicionalismo), para o levantar de novos governos autoritários de caráter mais populista, que ainda mantenha uma certa força do Estado para manter vínculos fortes com um povo. Essa conjuntura de cultura política expõe os riscos da crise de representação democrática na América Latina. Os dados analisados apontam que não há um risco de personalismo, a exemplo dos casos europeus estudados por Mair (2015) e Castells (2018). Contudo, há um significativo índice de pessoas ambivalentes quanto à preferência pela democracia ou pela ditadura desde que haja um contexto de crise econômica ou de aumento da percepção de violência. O que os dados demonstram é que o caminho alternativo aos latino-americanos é permeado pelo Estado, ainda que autoritário. A busca por soluções às crises econômicas ou de violência exacerbada podem vir de um Estado autoritário. Assim, a América Latina não busca um líder personalista que negue e questione as estruturas do Estado, mas um líder com tendências mais populistas, patriarcais e que apresente uma convergência entre a sua figura pessoal e o Estado. (Silva, 2018, p. 283 – 284).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo 1, retomamos alguns autores que ressaltam a importância da variável cultural ser apropriada para o entendimento de fenômenos políticos, partindo, principalmente, da posição até então paradigmática de que práticas políticas seriam resultado da cultura onde se desenvolviam.

No capítulo 2, realizamos um breve apanhado de uma característica cultural presente ao longo da história da formação brasileira, sinalizando a permanência de um traço cultural arraigado ao longo do tempo histórico.

No capítulo 3, apresentamos alguns autores que analisam a questão cultural na contemporaneidade no Brasil, que adicionam a perspectiva de que cultura e política se influenciam mutuamente, como exemplificado no caso da cultura autoritária brasileira.

Desta maneira, ressaltamos a importância de seguir e aprofundar a análise do âmbito cultural para um entendimento mais aprofundado das questões políticas.

A cultura de conciliação também se reflete na prática política contemporânea. A formação de coalizões partidárias, muitas vezes, representa uma tentativa de conciliar interesses diversos, mas também pode ser vista como uma estratégia para manter a estabilidade política e obter governabilidade, mesmo que às custas de mudanças substanciais no alinhamento e nas pautas históricas dos partidos políticos quando colocados na posição de governo.

As reformas estruturais necessárias para enfrentar questões sociais e econômicas profundas são frequentemente adiadas em favor de soluções conciliatórias que preservam o *status quo*. Desde o período da redemocratização, observa-se a ascensão de governos reformistas, propondo reformas pontuais, sem uma grande e substancial mudança na estrutura social brasileira.

Quando alguma mudança, por menor que seja, nesse sentido é tentada, como durante os governos do Partido dos Trabalhadores, observa-se que, para conseguir se manter no poder, o partido, no governo, precisa modular sobremaneira suas pautas históricas; quando procura radicalizar, minimamente, o processo de reformas, é removido do poder e pouco depois se observa uma ascensão de um projeto político reacionário com a eleição de Bolsonaro. Então, se o processo reformista trouxe mínimos avanços sociais, logo tais avanços são desfeitos, a fim de manter a estrutura social inabalada.

A cultura de conciliação também cria tabus em torno de questões críticas. Certos temas, como a revisão do papel das Forças Armadas ou a responsabilização por violações passadas, são frequentemente evitados para manter uma aparência de estabilidade e evitar conflitos mais amplos. Isso limita o espaço para discussões e reformas necessárias para uma verdadeira consolidação democrática.

A partir de 2018, com a eleição de Bolsonaro, observa-se menções a uma suposta pauta de costumes, que não deixa de ser uma reação conservadora, focada em procurar reverter mínimos ganhos em pautas de direitos humanos obtidas por minorias em governos progressistas passados. Além disso, cada vez observa-se um apelo maior à apropriação de uma lógica de moral e convicção para debater questões políticas, o que termina por, na prática, interditar os debates.

Tomando como exemplo a questão do aborto: caso se aproprie o tema como uma questão de saúde pública, é razoavelmente simples perceber que não há igualdade no acesso à política de saúde quando uma mulher de uma classe social favorecida realiza aborto em clínicas particulares adequadas, com maior apoio e menos risco à vida, enquanto mulheres de classes sociais menos favorecidas ficam submetidas a clínicas clandestinas e/ou inadequadas.

Entretanto, durante o governo Bolsonaro e após, ao invés da questão do aborto ser discutida como uma questão de saúde pública, coloca-se a mesma como se fosse uma questão de moral e convicção - uma disputa política entre aqueles que advogam a favor ou contra a vida – haja vista que, nesse espaço, não há margem para manobra, uma vez que há um contingente muito pequeno de pessoas que se declare contra a vida. Ao deslocar o debate da órbita racional, para uma lógica emocional, contribui-se, portanto, para a interdição do debate e a colocação de estigmas e tabus no debate político.

Se tal fenômeno não é novo, trata-se de uma apropriação de um traço cultural relativamente bem estabelecido no Brasil, onde existe a máxima de que algumas questões não devem ser discutidas, uma vez que, seriam da ordem da convicção e não de uma concertação. Se isso é verdade para algumas questões, quando tais questões são trazidas para a arena política, o debate precisa seguir outra lógica.

Junto com o fenômeno do estabelecimento das pautas morais do tipo tabu, observa-se, ainda, um movimento pela despolitização da sociedade, através de discursos do tipo que políticos são todos iguais e que, portanto, não faria sentido escolher um político. Tais discursos terminam por apenas desmobilizar e permitir acesso à esfera política justamente daqueles que proferem tal discurso, mas agem de maneira a buscar ocupar tais espaços.

A perpetuação da cultura de conciliação levanta questões sobre a eficácia a longo prazo desse modelo político. A hesitação em confrontar questões estruturais e a resistência à mudança substancial podem, eventualmente, gerar insatisfação

popular. A história mundial mostra que, em alguns casos, as revoluções e rupturas foram meios para transformações significativas e a construção de sistemas políticos mais inclusivos.

Ao analisar a cultura de conciliação e sua relação com práticas políticas conservadoras, percebemos as consequências tangíveis dessa abordagem ao longo da história brasileira. A estabilidade aparente muitas vezes esconde desafios não resolvidos e estruturas injustas.

Nesses casos, é controverso imaginar que processos de reformas consigam proceder a situações de inclusão, uma vez que a estrutura estabelecida sempre poderá agir a fim de evitar mudanças realmente significativas. Entretanto, mudanças significativas demandam de apoio e iniciativa popular, o que, nesse ambiente, é extremamente improvável de ocorrer, sendo, inclusive, desincentivado enquanto prática.

Considerando as questões histórico-culturais apresentadas, chega-se à percepção de que a cultura política conservadora está presente, atuante e ocupa posição paradigmática na cultura política brasileira. Além disso, observa-se que questões econômico-sociais contemporâneas originam-se e sofrem influência deste aspecto da política nacional.

Atentando também aos autores brasileiros, temos a indicação de que através de mudanças na prática política consigamos ir paulatinamente mudando a cultura política do país, alcançando consolidação democrática e diminuição de desigualdades.

BIBLIOGRAFIA

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. EUA. 1989

BORBA, Julian. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral**: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro, in *Opinião Pública*, Campinas. 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. Companhia das Letras. 2003

COSTA, A. L. V.; BERNARDI, A. J. B. **Crise de representação e cultura política no Brasil**: como participam os brasileiros?. *Cadernos de Campo: revista de ciências sociais*, Araraquara, n. 25, p. 157-179, jul./dez. 2018.

- FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Globo. 1975
- FERRAZ, P. R. **A Cultura política da conciliação: debates historiográficos sobre o Brasil do oitocentos**. Vitória, ES: UFES. 2017
- BAQUERO, Marcello. **Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática**. São Paulo em Perspectiva. 2001
- BAQUERO, Marcello. **Memória política e constituição da cultura política brasileira**. Unisinos. 2012
- BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. **Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial**. In Opinião Pública, vol. 22. Campinas. 2016
- CHAUÍ, Marilena. **Conferência do mês do IEA-USP** in Estudos Avançados 9. USP. 1995
- FANTINEL, Letícia Dias. **Algumas questões para se pensar cultura política no Brasil**, in Revista Psicologia Política, vol. 11, São Paulo. 2011
- FERREIRA, Pinto. **Presidencialismo, Crise e Estabilidade Democrática**, In Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Rio de Janeiro: 1993
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 2008
- HALL, Stuart; SOVIK, Liv Rebecca. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. UFMG. 2011
- HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva. 1997.
- LOWERY, D., & SIGELMAN, L. **Political Culture and State Public Policy: The Missing Link**. Western Political Quarterly, 35(3), 376-384. 1982
- MENEZES, D. F. N. **O Legado Autoritário Presente na Constituição Federal de 1988**. Cadernos Do Programa De Pós-Graduação Em Direito – PPGDir. / UFRGS. 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Representação Política em 3-D**, in RBCS, Vol.18. 2003
- MOISÉS, José Álvaro. **Cultura política, instituições e democracia**, in Revista Brasileira de Ciências Sociais, RBCS, 2008
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- PRZEWORSKI, A. **Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge University Press. 1991
- RIBEIRO, Ednaldo e FUKS, Mario. **Tolerância política no Brasil**, in Revista do CESOP. Campinas. 2019

- SILVA, Joscimar Souza. **Valores e Crise da Representação na América Latina**, in Rev. Cadernos de Campo, Araraquara. 2018
- SCHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Editora Campus. 1982
- VIEIRA, Carlos Eduardo. **Cultura e Formação Humana no Pensamento de Antonio Gramsci** in Educação e Pesquisa, São Paulo, SP – 1999
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 4 ed. Brasília, DF, v.1: UnB, 2000.
- WEFFORT, F. C. **O Populismo na Política Brasileira**. Paz e Terra. 1989